

Dívida Pública

Dívida pública é o montante levantado pelo governo junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar as ações governamentais, inclusive pretéritas. Para tanto, o governo assume contratos de empréstimos e financiamentos e emite títulos que variam na maturidade, no modo como são vendidos e na forma como seus pagamentos são estruturados.

A mensuração da dívida pública restringe-se ao setor público não financeiro e sua compilação varia de acordo com a metodologia empregada, os entes da Federação abrangidos, a perspectiva bruta ou líquida e a exclusão ou não de algumas empresas, a exemplo da Petrobras e da Eletrobras, na União.

Os indicadores de estoque da dívida oficialmente divulgados pelo governo federal são:

a) Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG): publicada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), abrange União, estados, Distrito Federal e municípios. A DBGG aumentou R\$ 164,1 bilhões em 2013 e chegou a R\$ 2.747,9 bilhões, ou 56,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

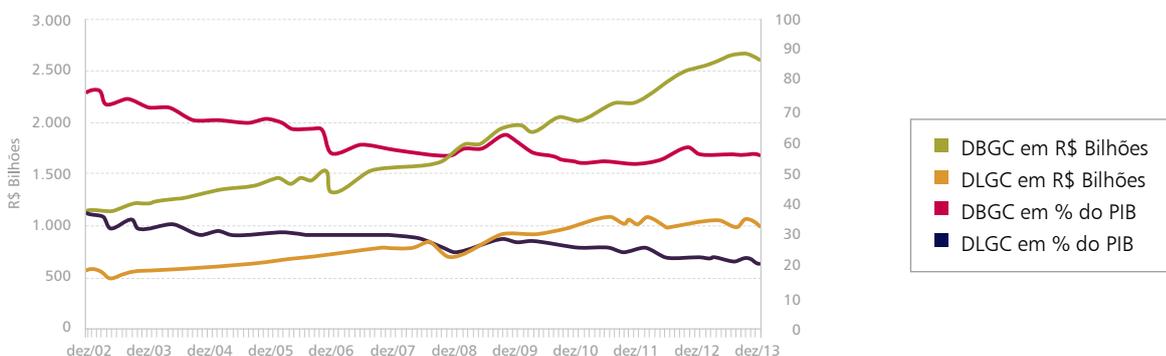
b) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP): publicada pelo Bacen, cresceu R\$ 76,3 bilhões em 2013 e atingiu R\$ 1.626,3 bilhões, ou 33,6% do PIB. A DLSP abrange o endividamento líquido do setor público não financeiro e do Bacen junto ao sistema financeiro (público e privado), ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo. Ela inclui os governos federal, distrital, estaduais e municipais, o Bacen, a Previdência Social e as empresas estatais, com exclusão da Petrobras e da Eletrobras.

c) Dívida Consolidada (DC) da União: publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo Federal, observados os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aumentou R\$ 176,6 bilhões desde 2012, alcançando o montante de R\$ 3.130,9 bilhões em 2013.

d) Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União: publicada no Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal. Em virtude do incremento do saldo da dívida consolidada em R\$ 176,6 bilhões e do saldo dos ativos da União no valor de R\$ 145,1 bilhões, a DCL ampliou-se em R\$ 31,5 bilhões, totalizando R\$ 1.120,1 bilhões ao final de 2013.

Para atingir a meta de superávit primário nos últimos anos, o Governo Federal tem usado instrumentos pouco convencionais, como a antecipação de dividendos junto a empresas estatais e a concessão de crédito subsidiado a bancos oficiais. Essas operações têm como consequência a estabilização da dívida, mesmo com a queda substantiva da taxa básica de juros. O custo do endividamento é determinado pela taxa implícita, de modo que a queda substantiva da taxa básica não consegue diminuir a dívida, sendo estável a apropriação de juros como percentual do PIB. O gráfico a seguir aponta o comportamento das dívidas bruta e líquida do Governo Central (DBGC e DLGC) no período de 2002 a 2013, tanto em valores correntes quanto em percentual do PIB.

Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central



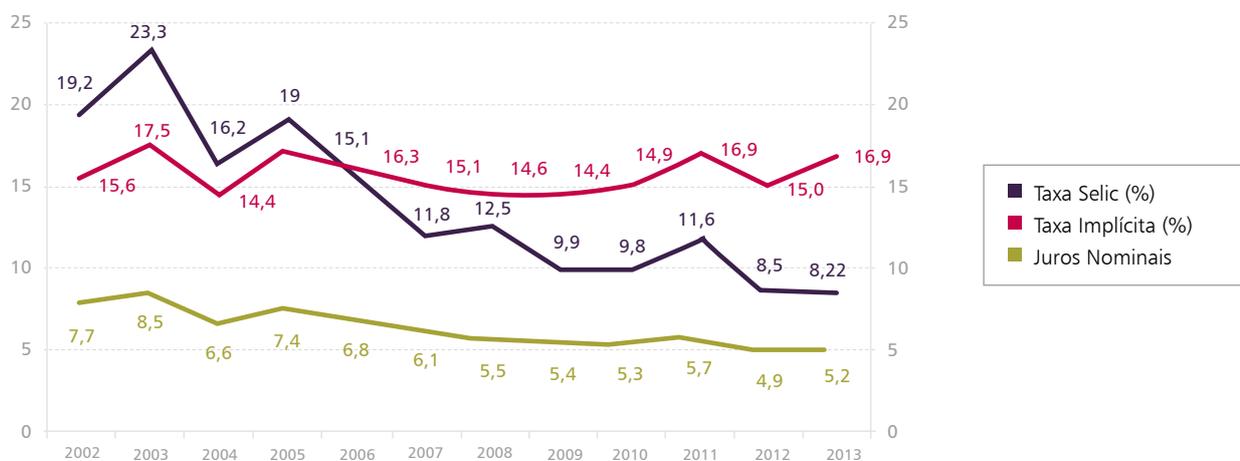
Fonte: Bacen – Nota para Imprensa – Política Fiscal – Janeiro/2014.

Evolução da taxa Selic e da taxa implícita da DLSP

Desde 2008 houve aumento da intervenção da União na atividade econômica por meio da acumulação de ativos e passivos que mantém a DLSP sob controle. No entanto, essa política envia para o Tesouro Nacional a carga fiscal representada pela diferença entre a taxa pela qual a União vende seus títulos (Selic) e a taxa que a União recebe das instituições financeiras oficiais e de outros programas de fomento (Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP).

Dados da Nota de Política Fiscal de março de 2014 e da série histórica do Bacen mostram que, entre 2002 e 2013, a taxa Selic recuou 11 pontos percentuais (de 19,2% para 8,22%), enquanto a taxa implícita da DLSP aumentou 1,3% pontos percentuais (de 15,6% para 16,9%). Ou seja, o custo fiscal dessas operações de fomento, representado pelo diferencial de taxas, expande-se continuamente, conforme se visualiza no gráfico seguinte. Adicionalmente, a apropriação dos juros nominais tem se mantido desde 2008 no patamar de aproximadamente 5% do PIB.

Evolução da Taxa Selic (%), da Taxa Implícita da DLSP (%) e dos Juros Nominais (% do PIB)



Fonte: Bacen – Nota para Imprensa – Política Fiscal – Março/2014 e Séries Temporais.